



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000325514

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 2097095-59.2024.8.26.0000/50000, da Comarca de São Paulo, em que é embargante VICTOR MANUEL FERREIRA DE MORAIS, é embargado RAIO LUMINOSO LTDA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 17ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Rejeitaram os embargos. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores IRINEU FAVA (Presidente sem voto), ALEXANDRE DAVID Malfatti e Souza Lopes.

São Paulo, 1º de abril de 2025.

EDUARDO VELHO

Relator

Assinatura Eletrônica

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL nº 2097095-59.2024.8.26.0000/50000

EMBARGANTE: VICTOR MANUEL FERREIRA DE MORAIS

EMBARGADO: RAO LUMINOSO LTDA

INTERESSADOS: CONSTRUTORA FERREIRA DE MORAIS LTDA, CESAR CLAUDIO FARIAS E VICTOR MANUEL FERREIRA DE MORAIS

VOTO nº 21147

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Pretensão de conferir efeito infringente ao julgado – Ausência de omissão, contradição ou obscuridade – Rejeição.

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo executado contra o acórdão de fls. 1080/1085, que deu parcial provimento ao recurso por ele interposto.

Sustenta o embargante haver omissão no acórdão quanto à análise da prescrição intercorrente e a avaliação do unilateral do imóvel.

Houve manifestação do embargado em fls. 08/09.

É O RELATÓRIO.

Inexiste no acórdão qualquer omissão, obscuridade ou contradição que justificasse a interposição do recurso em análise.

Ressalta-se que os dois temas foram devidamente abordados no voto, inclusive, com específicas aplicações ao caso.

Verifica-se, então, que o intuito do embargante é o de conferir efeito infringente aos embargos, para o fim de ver alterado o resultado do julgamento, o que não é permitido nesta via.

A esse propósito, conferir a seguinte jurisprudência: *“Em princípio, não se admitem embargos de declaração infringentes, isto é, que, a pretexto de esclarecer ou complementar o julgado anterior, na realidade buscam alterá-lo”* (RTJ 90/659, RSTJ 109/365, RT 527/240) sendo que *“Os embargos de declaração não devem revestir-se de caráter infringente. A maior elasticidade que se lhes reconhece, excepcionalmente, em casos de erro material evidente ou de manifesta nulidade de acórdão* (RTJ 89/548, 94.1.167, 103/1.210, 114/351), *não justifica, sob pena de grave disfunção jurídico-*

processual dessa modalidade de recurso, a sua inadequada utilização com o propósito de questionar a correção do julgado e obter, em consequência, a desconstituição do ato decisório (RTJ 154/223, 155/964, 158/264, 158/689, 158/993, 159/638 – Cf. art. 535, nota 3, p. 628, in Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotônio Negrão e José Roberto F. Gouvêa, Saraiva, SP, 36^a ed.).

Pelo exposto, **REJEITO OS EMBARGOS.**

EDUARDO VELHO

Relator